I SEMINÁRIO INTERNACIONAL
VII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
IX SEMINÁRIO DA CONSCIÊNCIA NEGRA
17 a 20 setembro 2025
Políticas Públicas Educacionais no contexto da América Latina: desafios, resistências e perspectivas
Departamento de Educação DEDC-CAMPUS XII Guanambi
UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
NUPE Núcleo de Pesquisa e Extensão
PPGEduF Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Docente

O CINEMA NA SALA DE AULA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E PEDAGÓGICAS

Jadiel Neves Junqueira
Universidade do Estado da Bahia – Campus VI, Caetité, BA, Brasil
jadiel.junqueira@enova.educacao.ba.gov.br

EIXO 5: TECNOLOGIAS DIGITAIS NAS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO DOCENTE

Resumo

O presente trabalho explora a evolução da relação entre cinema e educação, desde os primeiros cineclubes na França e nas Ilhas Britânicas até a sua institucionalização no Brasil, impulsionada por movimentos como a Escola Nova e o Cinema Novo. Analisa alguns marcos legais, como a LDB de 1996 e os PCNs, legitimaram o uso do cinema em sala de aula, transformando-o de mera ilustração para uma ferramenta pedagógica crítica. Discute ainda a Lei nº 13.006/2014, que obriga a exibição de filmes brasileiros nas escolas, e aborda o potencial do cinema para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem em diversas áreas do conhecimento, promovendo a autonomia e a reflexão crítica dos estudantes. Conclui que a mediação do educador é fundamental para explorar o cinema como arte, cultura e fonte de conhecimento, superando desafios infraestruturais e de formação.
Palavras-chave: Cinema; Educação; Pedagogia; Ensino; Audiovisual.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre cinema e educação é um campo de estudo e prática que remonta aos primórdios da sétima arte. Inicialmente, movimentos cineclubistas na França e nas Ilhas Britânicas, como o Club d´Amis Du Septime Art (CASA) e as iniciativas do British Film Institute (BFI), desempenharam um papel crucial na disseminação da ideia do cinema como arte e ferramenta educativa, consolidando as bases da teoria e estética cinematográfica (Pacheco, 2019). No Brasil, o interesse pelo uso do cinema na educação ganhou força com intelectuais da Escola Nova, como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que viam no cinema um instrumento de divulgação cultural e unificação do Estado, culminando na criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) em 1937 (Nascimento, 2008).

Ao longo das décadas, a percepção do cinema na educação evoluiu de uma abordagem predominantemente instrumental e patriótica para uma visão mais crítica e reflexiva. A efervescência cultural e política das décadas de 1950 e 1960, com o surgimento do Cinema Novo, transformou a arte em um campo de resistência e expressão de identidade nacional, influenciando gradualmente o campo educacional (Duarte, 2010; Mogadouro, 2011). Essa mudança se institucionalizou com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 e a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1997, que legitimaram o uso do cinema e de outras mídias em sala de aula, incentivando a formação de um espectador crítico (Nascimento, 2008). Mais recentemente, a Lei nº 13.006, de 2014, instituiu a obrigatoriedade da exibição de filmes brasileiros nas escolas, visando discutir a historicidade, validade e alcance educacional e cultural do cinema nacional (Nascimento, 2017).

Este resumo expandido busca explorar essa trajetória, analisando a evolução do papel do cinema na educação brasileira e seu potencial como ferramenta pedagógica. Serão abordadas as perspectivas históricas que moldaram essa relação, os marcos legais que a consolidaram e as implicações pedagógicas do uso do cinema em sala de aula, com foco na promoção da reflexão crítica, da autonomia e do engajamento dos estudantes. A relevância do estudo reside na necessidade de compreender como o cinema pode transcender o mero entretenimento e se consolidar como um recurso valioso para uma educação mais completa e engajadora.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste trabalho se apoia em autores que discutem a inserção do cinema no contexto educacional, tanto em uma perspectiva histórica quanto pedagógica. A análise da evolução do cineclubismo e da institucionalização do cinema educativo no Brasil é embasada nos estudos de Pacheco (2019) e Nascimento (2008). Pacheco (2019) destaca o papel dos primeiros cineclubes na França e nas Ilhas Britânicas na consolidação do cinema como arte e ferramenta educativa, enquanto Nascimento (2008) aborda a visão dos intelectuais da Escola Nova no Brasil, que viam o cinema como um instrumento de divulgação cultural e unificação do Estado, culminando na criação do INCE.

A transição de uma abordagem instrumental para uma visão mais crítica do cinema na educação é discutida a partir das contribuições de Duarte (2010) e Mogadouro (2011). Duarte (2010) ressalta o papel do Cinema Novo na transformação da realidade brasileira e latino-americana, utilizando o cinema como ferramenta de reflexão e intervenção social. Mogadouro (2011) aprofunda essa análise, mostrando como a LDB de 1996 e os PCNs abriram caminho para uma visão interdisciplinar do ensino, na qual a linguagem audiovisual é considerada um campo legítimo de conhecimento e expressão artística. A Lei nº 13.006/2014, que obriga a exibição de filmes brasileiros nas escolas, é analisada sob a perspectiva de Nascimento (2017), que discute sua aplicabilidade e o impacto na inserção do cinema na educação básica.

Para além da perspectiva histórica e legal, o referencial teórico incorpora a discussão sobre o potencial pedagógico do cinema. Santos (2021) propõe uma abordagem inovadora para a pedagogia do cinema, destacando-o como um catalisador da autonomia dos sujeitos no processo educativo e um meio para promover "encontros de afetos" e a construção de uma consciência mais plena. Nascimento e Silva (2020) complementam essa visão, enfatizando o uso do cinema como recurso pedagógico para despertar o interesse dos estudantes por conteúdos escolares, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a formação crítica em diversas áreas do conhecimento. A integração do cinema na sala de aula, portanto, transcende a mera exibição de filmes, exigindo uma abordagem pedagógica que foque na análise crítica, na compreensão da linguagem cinematográfica e na promoção da literacia fílmica, com a mediação fundamental do educador.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por sua análise bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. A metodologia adotada consistiu na apreciação e síntese de literatura especializada sobre a relação entre cinema e educação, abrangendo desde os marcos históricos do cineclubismo e da institucionalização do cinema educativo no Brasil até as discussões contemporâneas sobre seu potencial pedagógico. Foram consultados artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais que abordam a temática, com foco na evolução das perspectivas sobre o uso do cinema em sala de aula. A seleção dos materiais bibliográficos foi orientada pela relevância para a compreensão das transformações conceituais e legais que

permearam a inserção do cinema no contexto educacional brasileiro. A análise dos dados produzidos na pesquisa foi realizada por meio da interpretação crítica dos textos, buscando identificar os principais argumentos, conceitos e evidências que sustentam a discussão sobre o cinema como ferramenta pedagógica e seu impacto na formação crítica dos estudantes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados bibliográficos e documentais revela uma trajetória complexa e multifacetada da relação entre cinema e educação no Brasil. Inicialmente, o cinema foi concebido como um instrumento de propaganda e moralização, como evidenciado pela criação do INCE durante o Estado Novo, com foco na formação de um cidadão alinhado aos ideais governamentais (Nascimento, 2008). Essa visão instrumental, contudo, foi gradualmente desafiada por movimentos culturais como o Cinema Novo, que, ao romper com a estética hollywoodiana e voltar-se para as questões sociais, consolidou o cinema como uma potente ferramenta de reflexão e intervenção social (Duarte, 2010; Mogadouro, 2011).

A partir do final da década de 1980, com a redemocratização e a ampliação dos meios de comunicação, o cinema ganhou espaço nas discussões pedagógicas, culminando na promulgação da LDB (1996) e dos PCNs (1997). Esses documentos representaram um marco legal e pedagógico fundamental, legitimando o uso do cinema e de outras mídias em sala de aula e incentivando a formação de um espectador crítico, capaz de analisar e compreender as mensagens audiovisuais (Nascimento, 2008). A tese de Mogadouro (2011) reforça que esses documentos foram essenciais para que a linguagem audiovisual fosse reconhecida como um campo legítimo de conhecimento e expressão artística no currículo escolar.

Mais recentemente, a Lei nº 13.006/2014, que instituiu a obrigatoriedade da exibição de filmes brasileiros nas escolas, reforça o compromisso com a inserção do cinema na educação básica, visando discutir sua historicidade, validade e alcance educacional e cultural (Nascimento, 2017). Essa legislação sublinha a importância de ir além da mera exibição, promovendo a análise crítica e a literacia fílmica.

Os resultados indicam que o cinema, quando utilizado como ferramenta pedagógica, transcende o mero entretenimento, consolidando-se nos âmbitos social, artístico e educacional.

Ele enriquece o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a reflexão crítica, a expressão criativa e o engajamento dos estudantes com temas contemporâneos e relevantes (Mogadouro, 2011). Além disso, o cinema se mostra eficaz para despertar o interesse dos estudantes por conteúdos escolares em diversas áreas do conhecimento, como História, Geografia, Literatura, Ciências e Biologia, funcionando como ponto de partida ou instrumento de síntese e aprofundamento (Nascimento e Silva, 2020). A mediação do educador é crucial para guiar os alunos na exploração do cinema como arte, cultura e fonte de conhecimento, incentivando o debate e a produção audiovisual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a integração do cinema na sala de aula representa um caminho promissor para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. A trajetória da relação entre cinema e educação no Brasil, desde os primeiros cineclubes até as legislações mais recentes, como a Lei nº 13.006/2014, demonstra o progressivo reconhecimento da relevância do cinema como ferramenta pedagógica. O estudo reafirma que o cinema transcende o mero entretenimento, consolidando-se como um recurso valioso para a formação crítica, estética e cidadã dos estudantes.

Para que o cinema atinja seu potencial máximo, é imperativo ir além da mera exibição de filmes. A abordagem pedagógica deve focar na análise crítica, na compreensão da linguagem cinematográfica e na promoção da cultura fílmica. A mediação do educador é fundamental para guiar os alunos na exploração do cinema como arte, cultura e fonte de conhecimento, incentivando a reflexão, o debate e, idealmente, a produção audiovisual. Superar os desafios infraestruturais e de formação de professores é crucial para garantir que essa ferramenta valiosa esteja acessível a todos os estudantes, permitindo que o cinema contribua de forma significativa para uma educação mais completa, crítica e engajadora.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Rosália. **Cinema & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/28449737/DUARTE_Rosalia_Cinema_e_Educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 13 jul. 2025.

MOGADOURO, Cláudia de Almeida. **Educomunicação e escola: o cinema como mediação possível (desafios, práticas e proposta)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/01/TESE_MOGADOURO_CLAUDIA_publico.pdf. Acesso em: 13 jul. 2025.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. Cinema e ensino de história: realidade escolar, propostas e práticas na sala de aula. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 1–23, abr./jun. 2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/. Acesso em: 13 jul. 2025.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. O cinema como prática cultural na educação básica: a Lei 13.006/2014 e sua aplicabilidade nas escolas brasileiras. In: GUIMARÃES, Alex dos Santos; NASCIMENTO, Jairo Carvalho do; RIBEIRO, Márcia Cristina Lacerda (orgs.). **Pesquisas em história e educação: ensino de história, literatura e cultura audiovisual**. 1. ed. 2017. Cap. 9.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do; SILVA, Genilson Ferreira da. Cinema, história e educação: racismo e ensino de História em O Assalto ao Trem Pagador. **Em Tempo de Histórias, Brasília**, n. 37, p. 97–122, jul./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/32414. Acesso em: 13 jul. 2025.

PACHECO, Raquel. Pedagogias do cinema: história e abordagens educativas. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 36, p. 33–50, jan./abr. 2019. Disponível em: http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/. Acesso em: 13 jul. 2025.

SANTOS, Verônica Valério. A transpessoalidade na escola: novas abordagens subjetivas da Pedagogia do Cinema. In: **AVANCA | CINEMA 2021**, Avanca, 2021. p. 1–10. Disponível em: https://publication.avanca.org/index.php/avancacinema/article/view/311. Acesso em: 13 jul. 2025.